

RESOLUÇÃO

AGRAVA-SE A OFENSIVA CONTRA OS TRABALHADORES, O POVO E O PAÍS

É PRECISO INTENSIFICAR A LUTA REIVINDICATIVA

É IMPERIOSO ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA

A política do Governo PSD\CDS e da troica está a condenar os trabalhadores a uma vida sem futuro, a levar a generalidade das famílias ao empobrecimento e a conduzir o país para o abismo.

A política de austeridade não resolveu os problemas orçamentais, como nenhum outro problema nacional e, ao contrário, agravou todos eles, verificando-se uma quebra significativa nas receitas fiscais, a diminuição das contribuições para a segurança social e o crescimento da despesa com as prestações de desemprego. A austeridade afundou o país numa recessão de que não existe memória na nossa História Contemporânea. Hoje, inúmeras famílias deixaram de poder pagar os empréstimos à banca ou têm prestações em atraso, por não terem meios de as solver. Os trabalhadores e os pensionistas são as principais vítimas de uma crise de que não são responsáveis.

A destruição de postos de trabalho constitui o problema mais dramático da presente crise. Desde o 2º trimestre de 2008, perderam-se mais de meio milhão de empregos, metade dos quais só nos últimos 12 meses. A taxa de desemprego subiu para 15,7% no mês de Julho, no entanto, o número real de desempregados atinge já 1 milhão e 382 mil (juntando os inactivos disponíveis e indisponíveis e o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial). O elevado desemprego, para além do sofrimento social que provoca, desencadeou o retorno da emigração em massa. Trata-se de um facto novo, tendo em conta que os emigrantes de hoje são, na maioria, jovens com elevadas habilitações, muitos dos quais já constituíram família e têm filhos, sendo forçados a abandonar o país. O risco de exclusão social é evidente, tendo em conta que mais de metade dos desempregados procura emprego há mais de 12 meses e já não pode aceder às prestações de desemprego, uma vez que as sucessivas revisões restritivas do regime de protecção social no desemprego estão a deixar cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras sem quaisquer apoios.

Por outro lado, a redução acumulada do poder de compra dos salários entre 2009 e 2012 ultrapassa os 10% no conjunto da economia, sendo mais elevada na Administração Pública. Considerando, quer o agravamento da fiscalidade que incide sobre os rendimentos do trabalho, quer os cortes nos subsídios de férias e de Natal, a diminuição do poder de compra é bastante superior. O Salário Mínimo Nacional, que abrange hoje cerca de meio milhão de trabalhadores, não é actualizado desde Janeiro de 2011, o que provocou uma quebra do poder de compra que atingiu os 4% em Julho último. A redução salarial tem um profundo impacto social, porque os salários são baixos e constituem a fonte principal de rendimento da maioria das famílias e têm, também, um grande impacto económico, porque é a principal determinante da diminuição da procura interna, com graves consequências no agravamento da crise e no colapso de muitas micro e pequenas empresas.

A “moderação salarial” e a pretensa rigidez do mercado de trabalho têm servido, por outro lado, como justificação para o governo e o patronato desenvolverem a maior ofensiva contra os trabalhadores, sem precedentes depois de restaurado o regime democrático. O ataque sistemático à contratação colectiva, tornando inoperante ou mesmo inexistente a possibilidade de exercer o direito legal de negociação, assim como a recusa ilegítima em emitir as portarias de extensão, mostra bem até que ponto são postos em causa direitos fundamentais dos trabalhadores constitucionalmente tutelados.

As alterações ao Código do Trabalho, aprovadas com os votos favoráveis dos deputados do PSD-CDS/PP (com os votos contra dos deputados do PCP, Verdes e BE e a abstenção da maioria dos deputados do PS), constituem um retrocesso social e civilizacional que tem de ser combatido por todos

quantos defendem a justiça social. A decisão do Presidente da República em promulgar estas alterações entra em rota de colisão com a Constituição da República, porque infringe vários dos seus princípios e normas, designadamente, entre outros, os princípios da dignidade da pessoa humana, do direito ao trabalho e à segurança no emprego, da conciliação da vida profissional com a vida familiar, da liberdade sindical e do direito de contratação colectiva. A revisão da legislação laboral na Administração Pública, tendo como objectivo estender as matérias gravosas do Código do Trabalho aos trabalhadores deste sector, insere-se na estratégia mais vasta, decorrente da aplicação do memorando acordado com o FMI, BCE e UE, que visa o aumento da exploração através da desregulação das relações de trabalho e o condicionamento dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Perante o actual quadro político, económico e social, a intensificação da acção reivindicativa constitui um imperativo dos trabalhadores e do movimento sindical, no combate pela defesa dos direitos e da contratação colectiva, contra as disposições gravosas da legislação laboral, pela valorização e dignificação do trabalho, a defesa e melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, a criação de mais e melhor emprego, a reposição dos subsídios de férias e de Natal roubados aos trabalhadores, aos reformados e aposentados, o reforço da protecção social e o desenvolvimento económico e social do país.

É preciso acabar com a política de direita que, através de cortes centrados na despesa social, está a destruir a Segurança Social, a Saúde e a Educação Públicas, pilares fundamentais do Estado Democrático. É indispensável defender a Segurança Social Pública, Universal e Solidária, exigindo o reforço da protecção social dirigida aos sectores mais pobres e vulneráveis da sociedade. É necessário prosseguir a luta pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, recusando a privatização dos hospitais e a sua entrega às Misericórdias, assim como pôr termo às parcerias público-privadas, que são sorvedouro e desperdício de recursos públicos e fonte de promiscuidade e corrupção. É fundamental lutar para assegurar o carácter inclusivo da Escola Pública, o que passa pelo combate à desvalorização do ensino e ao despedimento de professores, bem como garantir a sua matriz democrática.

A situação que se vive hoje em Portugal, como na UE em geral, tem origem na natureza do capitalismo e nas políticas económicas determinadas pelos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, assim como na prevalência de lógicas competitivas que subordinam o social ao económico.

O Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em 6 de Setembro:

- **Saúda os activistas sindicais e os muitos milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos vários sectores de actividade** que resistem e se opõem com grande coragem e determinação à redução do valor do trabalho suplementar e em dia feriado, à eliminação de dias de descanso, aos bancos de horas, assim como todos aqueles que estão em luta pelo aumento dos salários, pela manutenção dos postos de trabalho, contra o encerramento de empresas, pelo pagamento de salários em atraso e pela defesa dos direitos laborais e sociais. As lutas desenvolvidas em pleno período de férias, particularmente as greves realizadas com adesões extraordinárias e que tiveram como objectivo defender os direitos, combatendo as pretensões dos patrões em diminuir ou mesmo eliminá-los, mostrou que com unidade, firmeza e determinação é possível fazer o patronato recuar, como aconteceu em centenas e centenas de empresas;
- **Apela a uma grande participação no Encontro Nacional sobre Acção Reivindicativa e Defesa da Contratação Colectiva, a realizar no dia 15 de Setembro.** Esta iniciativa, para além do debate centrado na política reivindicativa para 2013, deve constituir também um momento de forte arranque no plano de participação activa dos membros das estruturas sindicais e da mobilização dos activistas e trabalhadores para travar com êxito as duras batalhas que temos de prosseguir nos locais de trabalho;

- Convoca um **Dia Nacional de Luta para 1 de Outubro, data do 42.º Aniversário da CGTP-IN**, fazendo deste dia uma grandiosa acção descentralizada de iniciativas e lutas reivindicativas nos locais de trabalho – **Acabar com a Política de Direita. Pelos Salários, Emprego e Direitos**, com iniciativas para o reforço da sindicalização e da organização sindical de base. Nesta data de aniversário da CGTP-IN, vamos dar o nosso contributo para o reforço das acções definidas pela FSM (3 de Outubro) e pela CSI (7 de Outubro) que visam a convergência dos trabalhadores e dos povos no combate pelos objectivos comuns;
- **Exorta todos os desempregados a participarem activamente na Grande Marcha Contra o Desemprego – Trabalho com Direitos, Portugal com Futuro, de 5 a 13 de Outubro, para o êxito da qual é igualmente necessário o forte envolvimento de toda a estrutura sindical**, tendo como objectivos: afirmar o problema do desemprego como uma questão nacional e que diz respeito a toda a sociedade; denunciar as responsabilidades políticas na situação de crise e de desemprego que o país está a sofrer; afirmar as posições da CGTP-IN sobre a temática do emprego e as suas reivindicações quanto à criação, estabilidade e qualidade do emprego e, também, a protecção social aos desempregados; evidenciar que o efectivo combate ao problema estrutural que constitui o desemprego, impõe uma urgente ruptura com a política de direita que tem sido seguida. Sendo o desemprego um problema que afecta grande parte das famílias, a CGTP-IN apela à participação solidária dos trabalhadores e da população nesta Marcha.
- **Apela ao desenvolvimento, intensificação e alargamento da acção e da luta, condição necessária para dar resposta aos problemas dos trabalhadores e das trabalhadoras e possibilitar a criação de condições para acabar com a política de direita.** Neste sentido, saúda-se as lutas já perspectivadas em sectores de actividade e empresas importantes, como são exemplo: a Vigília junto do Conselho de Ministros, no dia 27 de Setembro, promovida pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública; a quinzena de acção e luta nas empresas do sector dos transportes, na última semana de Setembro e primeira de Outubro; a luta nacional dos professores e a sua expressão em 5 de Outubro – Dia Mundial do Professor –, as greves convocadas para Setembro e Outubro no sector dos Transportes, Marítimo e Portuário e na GALP/Petrogal/GDP, as lutas dos trabalhadores da FINEX, da Valadares, da MOVEAVEIRO.

Lisboa, 6 de Setembro de 2012

O Conselho Nacional